

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A PROBLEMÁTICA DA DEFESA E SEGURANÇA DOS PEQUENOS ESTADOS

INTERVENÇÃO DE ABERTURA DE S.E. O PRIMEIRO-MINISTRO DE CABO VERDE, *DR. JOSÉ MARIA NEVES*

Antes de mais, gostaria de saudar vivamente todos os participantes e desejar uma aprazível estada entre nós aos ilustres conferencistas convidados, que quiseram trazer-nos os seus conhecimentos e a sua experiência para o enriquecimento do debate pretendido no quadro desta conferência.

Apraz-me também agradecer ao Senhor Ministro da Defesa o convite que bem me quis dirigir para presidir a este acto de abertura.

Cabo Verde goza de uma estabilidade política e social que tende a relegar para plano secundário as questões relacionadas com a segurança, quando consideradas no quadro das prioridades nacionais, onde pontificam domínios aparentemente mais relevantes, reclamando atenção inadiável.

Porém, ante a crescente complexidade da situação internacional e o surgimento de novas ameaças, cada vez mais desterritorializadas, não podemos projectar o desenvolvimento sem termos em devida conta a garantia das condições mínimas da nossa segurança enquanto Estado.

Importa pois eleger uma perspectiva de longo prazo, tendo como objectivo supremo a preservação e a consolidação dos avanços que vamos conseguindo nos mais variados domínios, com abnegado empenhamento de toda a comunidade nacional.

Neste contexto, as questões eleitas para debate durante estes dois dias afiguram-se-me de inegável pertinência e confirmada oportunidade.

Efectivamente, para um pequeno país insular como Cabo Verde, a segurança e a estabilidade política e social dela decorrente representa uma condição essencial para o desenvolvimento sustentado que almejamos e para a preservação da paz e da democracia, tão caras aos cabo-verdianos.

Para a concretização de uma política de defesa nacional que sirva os interesses do país, e desde logo, o seu desenvolvimento, torna-se também indispensável a necessária articulação com uma visão mais alargada do conjunto de reformas que o país está a realizar, nomeadamente a própria Reforma do Estado, para que a abordagem da reforma das Forças Armadas seja correcta e adequada às possibilidades do país.

Entendemos que a reforma das Forças Armadas deve ser consentânea com a Estratégia de Transformação de Cabo Verde definida pelo governo e que beneficia do consenso de todos os sectores da sociedade cabo-verdiana.

Trata-se de adequar os escassos recursos disponíveis e mobilizáveis às

necessidades da defesa nacional. E neste ponto entroncamos na questão essencial que é a de saber que ameaças concretas e potenciais considerar para Cabo Verde e quais os meios adequados para lhes fazer face a médio e a longo prazo.

Reformar as Forças Armadas, enquanto componente militar da defesa do país é um dos desafios que temos pela frente. E se é verdade que já demos alguns passos importantes que nos permitem criar as condições mais próximas de uma estrutura mais consentânea com as possibilidades do país, contudo, a sua indispensável modernização terá que ser conciliada com a modernização do país, do Estado e das suas instituições.

Julgo ser hoje incontroverso que, atento o melindre da matéria, é indispensável a clarificação dos conceitos, tarefa para a qual, estou certo, esta conferência trará uma inestimável contribuição, adensando a reflexão já em curso ao nível nacional e habilitando as instâncias competentes com os elementos indispensáveis de decisão.

Impõe-se-nos, assim, definir um “conceito estratégico de defesa nacional” e realizar a reforma das Forças Armadas que preconizamos e vamos levar a cabo no decurso da presente legislatura.

Hoje, a própria noção de soberania nacional carece de actualização conceptual, mormente no que respeita aos seus limites e objectivos. Se é verdade que a soberania é inerente ao Estado, não é menos verdade que, nos nossos dias ela só se justifica na medida em que sirva para garantir espaços e condições de realização do indivíduo, que é a razão de ser do Estado, e não o inverso. Já não é aceitável ver governos a tropeçar nos direitos dos seus cidadãos sob o pretexto da defesa da soberania.

Os Estados tendem a consentir mais cedências nos domínios tradicionais de soberania, designadamente em benefício do aprofundamento da cooperação internacional e da integração regional, incluindo o envolvimento em mecanismos de segurança colectiva. Tudo na procura de melhores condições para a realização das aspirações individuais e colectivas dos cidadãos.

Para um país com as especificidades de Cabo Verde importa definir um posicionamento estratégico relativamente à crescente regionalização dos mecanismos de prevenção e resolução de conflitos, considerando a sua vocação atlântica e a sua vontade de participação cada vez mais activa nos esforços de integração regional, nomeadamente na CEDEAO.

E nesta matéria entendemos que a sociedade civil deve desempenhar um papel activo, visto que a opção estratégica do governo em matéria de defesa e segurança assenta em valores e objectivos claros que colocam a pessoa humana na primeira linha daquilo que se tem que segurar e defender.

Por conseguinte, tal visão do governo pressupõe a participação dos cidadãos na elaboração, aperfeiçoamento e execução da política de defesa e segurança. E isto corresponde a um compromisso que assumimos desde a apresentação do programa do governo para a realização do qual esta Conferência vai certamente emprestar uma importante contribuição, ao fornecer importantes subsídios teóricos e informação doutrinária sobre a matéria e permitir um espaço de debate que, por sua vez vai influenciar os debates futuros baseados em documento mais directamente ligados à temática e realidades nacionais.

É aliás, nesta linha que brevemente o governo vai apresentar, para um debate alargado um documento contendo «os princípios básicos do conceito estratégico de defesa nacional».

Estou seguro de que a qualidade académica dos conferencistas e a pertinência da escolha dos campos temáticos desta Conferência são atributos que desde já asseguram o sucesso dos vossos trabalhos.

Obrigado.